

# CÂMARA MUNICIPAL



DE

ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO Nº** 001/94

**PROJETO Nº** 001/94

**INTERESSADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

**ASSUNTO** (Dispõe sobre autorização para realização de convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/ Fundo Nacional da Saúde, objetivando a ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central e dá providências correlatas.

Lei 1184/94



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 01/94**

Itapevi, 11 de janeiro de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio da presente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Augusta Câmara, o incluso Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre autorização para realização de convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central e dá providências correlatas.

Conhecedor do elevado entendimento de todos os Nobres Edis componentes dessa Egrégia Casa de Leis em referência aos assuntos de interesse da comunidade, primordialmente no setor de saúde, creio que a proposição em tela, de relevante valor social, dispense maior exposição de motivos que não a necessidade de contarmos com auxílio da União Federal, através do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, para aquisição de recursos financeiros suficientes à concretização do planejamento municipal existente para a espécie de serviço público reportada.

A precariedade da assistência médica em nosso Município — não obstante todos os esforços já direcionados — é ainda uma realidade. O custo das obras e equipamentos necessários para viabilizar capacitação técnica operacional às Unidades de Saúde do Município reconhecidamente extrapola as condições orçamentárias existentes.

A participação da União Federal, portanto, é condição **sine qua non** para tornar possível a melhoria pretendida, visto que arcará esta com aproximadamente 70% do custo, cabendo ao Município dispêndio do valor complementar.

Para melhor conhecimento e análise da medida proposta, encaminho, anexo, cópia da minuta relativa ao convênio a ser firmado.

Considerando o exíguo prazo para confirmação do interesse do Município na realização do convênio, visto que a União não direciona verbas de forma especial mas genérica, ou seja, a todos os Municípios interessados e tão somente enquanto não comprometido o valor total previsto, bem como o relevante interesse social configurado, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja apreciada em conformidade com a disposição constante do art. 35 da Lei Orgânica do Município.

.../...



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

f1.02

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito

Excelentíssimo Senhor

**VALTER FRANCISCO ANTONIO**

DD.Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.

**RECEBEMOS**

12 / 01 / 94  
ulcaramez  
SECRETARIA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE nº 03  
Sala das sessões 13 / 01 / 94  
Presidente

APROVADO em 1ª Discussão  
Sala das sessões 13 / 01 / 1994  
Presidente

APROVADO em 2ª Discussão  
Sala das sessões 13 / 01 / 1994  
Presidente

## PROJETO DE LEI Nº 001/94

(Dispõe sobre autorização para realização de convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central e dá providências correlatas)

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e compra de equipamentos para fortalecimento da capacidade técnica operacional das Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central, para implantação de Ambulatórios de Alta Resolutividade nas referidas unidades.

**Parágrafo Único** O convênio firmado por derá ser prorrogado ou alterado, por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 11 de janeiro de 1994

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
**Prefeito**

**SÉRGIO BOSSAN**  
**Secretário de Negócios Jurídicos**

Termo de Convênio que entre si celebram a União Federal, através do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e o Município de Itapevi - SP, visando a implementar o Sistema Único de Saúde - SUS

- 1 -

de 28.04.92, e das Instruções Normativas nº 02 e 03, de 19.04.93, da Secretaria da Fazenda Nacional/MEFP e demais normas regulamentares da matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a ampliação, reforma e compra de equipamentos pelo Município, visando fortalecer a Capacidade Técnico Operacional das Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central, para implantação de Ambulatórios de Alta Resolutividade nas referidas unidades no município de Itapevi - SP.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **I - DO MINISTÉRIO/FUNDO - O MINISTÉRIO/FUNDO compromete-se a:**

- 1.1 - Transferir os recursos financeiros para execução deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira.
- 1.2 - aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários a implantação do Plano de Trabalho;
- 1.3 - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades; e
- 1.4 - analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do MINISTÉRIO/FUNDO alocados ao Convênio.

**II - DO MUNICÍPIO - O MUNICÍPIO compromete-se a:**

- 2.1 - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários a consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- 2.2 - aplicar os recursos recebido do **MINISTÉRIO/FUNDO**, exclusivamente na consecução do objeto previsto pactuado;
- 2.3 - prestar contas dos recursos alocados pela União, conforme os Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro desta Cláusula, nos termos da legislação vigente e na forma estabelecida pelo **MINISTÉRIO/FUNDO**;
- 2.4 - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão, até 05 (cinco) anos após o término do Convênio;
- 2.5 - registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio;
- 2.6 - apresentar ao **MINISTÉRIO/FUNDO** os relatórios da execução deste Convênio na forma da legislação pertinente e nos períodos estabelecidos;
- 2.7 - propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que o **MINISTÉRIO/FUNDO** possa exercer o estabelecido no item 1.3;
- 2.8 - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste Convênio;
- 2.9 - promover as licitações para aquisição de materiais, de acordo com a legislação específica;
- 2.10 - restituir o valor transferido, acrescidos de juros legais e correção monetária, segundo índice - oficial, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:



- 2.10.1 - quando não for executado, o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado;
  - 2.10.2 - quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado; e
  - 2.10.3 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida .
- 2.11 - requerer, se for o caso, a prorrogação do prazo de vigência até 30 (trinta) dias antes do vencimento do presente Convênio, mediante Termo Aditivo;
- 2.12 - prover as Unidades de recursos humanos necessários ao funcionamento pleno de suas funções durante 24 (vinte e quatro) horas/dia, com Raio X, Laboratório de Patologia Clínica, Sala de Pequenas Cirurgias e Leitos de Observação.
- 2.13 - a prestação de contas será apresentada à unidade concedente, até 30 (trinta) dias, após o vencimento do prazo previsto para aplicação da última parcela, transferida ou para o cumprimento total das obrigações pactuadas, não podendo exceder ao último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do recebimento.

**Parágrafo Primeiro** - quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de Relatório de Execução Físico-Financeira, anexo III, demonstrando o cumprimento da etapa ou fase referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente. Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

**Parágrafo Segundo** - caso a liberação dos recursos seja efetuada em até duas parcelas, a apresentação do Relatório se fará no final da vigência do instrumento, compondo a respectiva prestação de contas.

**Parágrafo Terceiro** - a prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item 2.3, desta Cláusula, deverá ser instruída com as peças técnicas e contábeis, na seguinte forma:

- a - Plano de Trabalho - Anexo I - fls. 1/3, 2/3 e 3/3;
- b - Cópia do Termo de Convênio ou Similar ou Termo Simplificado de Convênio - Anexo II;
- c - Relatório de Execução Físico-Financeira - Anexo III;
- d - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso - Anexo III;
- e - Relação de Pagamentos - Anexo V;
- f - Relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União) - Anexo VI;
- g - Conciliação Bancária; e
- h - Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo responsável pelo programa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS**

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de CR\$ 131.014.071,00 (Cento e trinta e um milhões, quatorze mil e setenta e um cruzeiros reais), sendo:

**MINISTÉRIO/FUNDO:** CR\$ 104.811.257,00 (Cento e quatro milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros reais) - oriundos do Orçamento do **MINISTÉRIO/FUNDO**, nos termos da Lei nº 8.652/93, conforme discriminação orçamentária:

**MUNICÍPIO:**

Valor - CR\$ 26.202.814,00 (Vinte e seis milhões, duzentos e dois mil, oitocentos e quatorze cruzeiros reais) - que correrão a conta do orçamento da Secretaria.

**CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

O **MINISTÉRIO/FUNDO** transferirá os recursos previstos na 7ª Cláusula Terceira, em favor do **MUNICÍPIO**, em conta específica, vinculada ao presente Convênio, no Banco do Brasil S/A, onde serão movimentados.

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento da importância referida far-se-á, após publicação deste Convênio, de acordo com Cronograma de Desembolso, integrante do Plano de Trabalho, para aplicação, de cada parcela, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** - A falta de prestação de contas no prazo estabelecido pelo **MINISTÉRIO/FUNDO** importará, se for o caso, na imediata suspensão das liberações subsequentes.

**Parágrafo Terceiro** - É obrigatória a restituição pelo **MUNICÍPIO** ao Tesouro Nacional, de eventual saldo de recursos liberados pelo **MINISTÉRIO/FUNDO**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão ou da extinção deste Convênio.

**Parágrafo Quarto** - Para habilitar-se ao recebimento dos recursos de que trata esta Cláusula, o **MUNICÍPIO** declara não estar inadimplente ou em mora com o Serviço Público Federal.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO**

O **MUNICÍPIO**, para alcance do objeto pactuado, se obriga a cumprir o Plano de Trabalho, especialmente elaborado, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

**Parágrafo Primeiro** - Excepcionalmente, admitir-se-á ao órgão executor propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, sendo vedada a mudança do objeto.

**Parágrafo Segundo** - O projeto básico integrará o Plano de Trabalho, sempre que sua execução compreender obra ou serviço de engenharia, entendido como tal o conjunto de elementos que defina a obra ou serviço e que possibilite a estimativa de seu custo e prazo de execução, segunda as respectivas fases ou etapas, bem como a avaliação de seu objeto.

**Parágrafo Terceiro** - É facultado ao órgão do **MINISTÉRIO/FUNDO** responsável pelo programa, de assumir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a concorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização temporária de pessoal, que se tornar necessário para a execução do objeto deste Convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **MINISTÉRIO/FUNDO**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA**

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas deverão ser emitidos em nome do **MUNICÍPIO** devidamente identificados com o número deste Convênio.

**Parágrafo Único** - Não poderão ser pagos com recursos do Convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo e a título de taxa de administração.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio será, obrigatoriamente, destacada a participação do **MINISTÉRIO/FUNDO**.

#### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DOS ADITIVOS**

O presente Convênio vigorará por 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

**Parágrafo Único** - As obras, reformas e aquisição de equipamentos deverão estar concluídas para funcionamento dos Ambulatórios no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação do Convênio no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS**

Os bens materiais e equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção, serão de propriedade do **MUNICÍPIO**, respeitando o disposto no artigo 15, item IV, do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O **MINISTÉRIO/FUNDO**, providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Convênio, em Extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, ou denunciado por qualquer dos convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda:

- a - falta de prestação de contas no prazo estabelecido se persistir a irregularidade por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem justa causa, a critério do MINISTÉRIO/FUNDO; e
- b - utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio, inclusive no mercado financeiro, desde que não cumprida a legislação pertinente.

**Parágrafo Único** - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MINISTÉRIO/FUNDO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferidos para a consecução do pactuado, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

Em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO, o MINISTÉRIO/FUNDO determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções, administrativas, cíveis e penais pertinentes, respeitados os impedimentos legais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal - "Seção Judiciária do Distrito Federal".

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 02 de 19 de abril de 1993, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.

-----  
**HENRIQUE SANTILLO**  
**MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE**

-----  
**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
**PREFEITO DE ITAPEVI**

-----  
**SEBASTIÃO CARLOS ALVES GRILLO**  
**DIRETOR-EXECUTIVO DO FUNDO**  
**NACIONAL DE SAÚDE**

**TESTEMUNHAS:**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 01/94

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis que visa ampliar, reformar e adquirir equipamentos para várias unidades de saúde, de nosso Município, devendo para isto o Município firmar convênio com o Ministro da Saúde.

Portanto, concedemos o nosso parecer favorável, concludo os nobres companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13 de janeiro de 1.994.-

Comissão nº 01

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra Maria Ruth Bartholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02

Laerte Casagrande

Sergio Montanheiro

Gene Xavier

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 01/94

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável, eis que visa ampliar, reformar e adquirir equipamentos para várias unidades de saúde, de nosso Município, devendo para isto o Município firmar convênio com o Ministro da Saúde.

Portanto, concedemos o nosso parecer favorável, concluindo mandando os nobres companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13 de janeiro de 1994.-

Comissão nº 01

Dr. Hermenegildo José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Drª Maria Ruth Barholz

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão nº 02

Laerte Casagrande

Sergio Montanheiro

Geane Xavier

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## A U T O G R A F O Nº 001/94

### (Projeto de Lei nº 001/94 - DO EXECUTIVO)

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas, APROVA A SEGUINTE LEI:-

"Dispõe sobre autorização para realização de convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central e das providências correlatas."

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e compra de equipamentos para fortalecimento da capacidade técnica operacional das Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central, para implantação de Ambulatórios de Alta Resolutividade nas referidas unidades.

**Parágrafo Único** - O convênio firmado poderá ser prorrogado ou alterado, por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação de objeto aprovado.

**Art.2º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art.3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 14 de janeiro de 1.994.-

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª Secretária

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

  
Presidente



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. 001/94  
Proj. 001/94  
OK

## LEI Nº 1.184, DE 14 DE JANEIRO DE 1994

(Dispõe sobre autorização para realização de convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central e dá providências correlatas)

**JOÃO CARLOS CAMEZ,** Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, objetivando a ampliação, reforma e compra de equipamentos para fortalecimento da capacidade técnica operacional das Unidades de Saúde de Vila Doutor Cardoso, Amador Bueno e Pronto Socorro Central, para implantação de Ambulatórios de Alta Resolutividade nas referidas unidades.

**Parágrafo Único** O convênio firmado por derá ser prorrogado ou alterado, por termo aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 14 de janeiro de 1994

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito

**SÉRGIO BOSSAM**  
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 14 de janeiro de 1994.

**JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE**  
Chefe de Gabinete